

CIRCULAR 01/2008

ORÇAMENTO DE ESTADO 2008 – PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

Lisboa, 1 de Fevereiro de 2008

Estimados Clientes:

É com muito gosto que lhes preparámos um pequeno trabalho sobre as principais alterações contempladas no Orçamento de Estado para 2008 (OE2008), para ficar a par das novidades em termos contabilísticos e fiscais.

Apenas relatamos os principais aspectos da legislação alterada, tentando ser o mais conciso e explícito possível. Para aprofundar os temas tratados neste trabalho estamos disponíveis para debatê-los, como habitualmente.

Apesar de não haver nenhuma alteração profunda existem alguns temas interessantes que não convém desprezar.

IRS

- Taxas de Tributação Autónoma

Foi eliminada a expressão “despesas confidenciais” passando a lei referir-se a uma taxa de 50% sobre as despesas não documentadas.

- Pagamentos por Conta

O montante total passa de 85% para 75% o que quer dizer que os três pagamentos por conta (Julho, Setembro e Dezembro) vão baixar mas, em contrapartida, o imposto a pagar no final poderá ser superior (ou o reembolso menor).

IRC

- Encargos não dedutíveis / Taxa de Tributação Autónoma

A expressão “despesas confidenciais” saiu da legislação fiscal (art.42º e art.81º) presumindo-se que ficam englobadas na expressão “despesas não documentadas”. Ficamos então com duas categorias: Encargos não devidamente documentados (não são aceites como custos mas não são tributados autonomamente) e despesas não documentadas (também não são aceites como custos e são tributadas autonomamente a uma taxa de 50%).

- Regime Simplificado

O montante mínimo deixa de ser aplicado em algumas situações, nomeadamente nos exercícios de início e de cessação de actividade.

IVA

- Reembolsos de IVA

O ministro das finanças pode autorizar a DGI a efectuar reembolsos de IVA em condições especiais para determinados sectores da actividade, concretamente a construção civil, devido a liquidação do imposto ser da responsabilidade do adquirente. Presume-se que as condições especiais sejam mais favoráveis mas, por enquanto ainda não há nada definido.

- Regime Mensal de IVA

Passou para um volume de negócios igual ou superior a 650.000€ (com comunicação da DGI).

IMPOSTO DE SELO

- Passa a estar isento de imposto de selo a constituição de garantias a favor do Estado.

EBF (Estatuto dos Benefícios Fiscais)

- Conta Poupança-Habitação (CPH)

Pode-se utilizar os saldos da CPH relativamente às entregas até 31/12/2003 e a partir de 2005 para fins diversos aos previstos inicialmente. As entregas feitas em 2004 só poderão ser utilizadas sem penalização em 2009, depois do período da caducidade de liquidação (4 anos).

- Incentivo à realização do capital social (Remuneração Convencional do Capital Social)

Na constituição do capital ou aumento deste em dinheiro as pequenas e médias empresas (definidas como tal no DL372/2007, de 6/Nov) podem deduzir 3% do montante realizado ao lucro tributável de IRC no próprio exercício e nos dois exercícios seguintes. Os sócios têm de ser pessoas singulares.

RGIT (Regime Geral das Infracções Tributárias)

- Inexistência de modelo exportação de ficheiros (SAFT-PT))

Coima de 150€ a 15.000€.

- Falta de retenção na fonte

Coima de 250€ a 2.500€.

Agradecemos a atenção dispensada a este trabalho e esperamos ter contribuído para manter V.Exa. actualizado com as novidades no panorama fiscal português.

NOTA: Alertamos para o facto de o imposto automóvel (Imposto Único de Circulação) passar a ser pago no mês da matrícula da viatura (o mês de Janeiro foi prorrogado até 25 de Fevereiro).